

# GRAMÁTICA E CONSTRUÇÃO DA SIGNIFICAÇÃO

*Maria Henriqueta Costa Campos*  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa

## 1. Introdução

Enunciar é construir significação: «Avant toute chose, le langage signifie, tel est son caractère primordial, sa vocation originelle qui transcende et explique toutes les fonctions qu'il assure dans le milieu humain» (BENVENISTE, 1974, p. 217).

A significação deveria então ser central no estudo dos processos linguísticos através dos quais a actividade da linguagem se manifesta na diversidade das línguas naturais. Verifica-se, no entanto, que a sua constituição como objecto de análise não tem sido nem imediata nem incontroversa na história da linguística moderna<sup>1</sup>.

Esta situação reflecte-se com razoável fidelidade na forma como o estudo da significação tem sido introduzido no ensino da língua e, em particular, da gramática. O termo semântica é quase exclusivamente associado ao léxico. Ora, a semântica lexical, um dos sub-domínios da semântica, é inseparável do estudo da significação construída / reconstruída no e pelo acto de enunciar.

## 2. Objecto de análise

Não enunciamos com unidades lexicais isoladas, mas integradas em estruturas predicativas, sujeitas a restrições sintáctico-semânticas e dotadas de valores referenciais de número, pessoa, definitude, caso, tempo, aspecto, moda-

---

<sup>1</sup> Diz Tamba-Mecz a este propósito: «on s'aperçoit que, du sens perçu comme une évidence au sens conçu comme un objet linguistique, il y a un véritable saut conceptuel, signalant une rupture plutôt qu'une évolution épistémologique. Il est d'ailleurs possible de dater avec précision ce tournant crucial dans l'histoire des relations entre pensée et langage: il coïncide avec l'initiative, timide sans doute mais néanmoins révolutionnaire, de Michel Bréal de considérer le sens, au même titre que les formes sonores, comme une composante spécifiquement linguistique» [(1988) 1991<sup>2</sup>, p. 3].

lidade, etc., valores que estão igualmente submetidos a restrições semânticas e enunciativas.

É nessas estruturas predicativas – que designarei por enunciados – que as unidades lexicais adquirem significação. Portanto, o estudo dos valores que se podem atribuir a uma unidade lexical, tal como ela se apresenta numa entrada de dicionário ou num inventário gramatical, é indissociável do estudo dos valores que determinam essa unidade lexical e que permitem a sua interpretação.

No âmbito de uma gramática enunciativa, uma unidade lexical como «*mesa*», por exemplo, será analisada em interdependência com os marcadores linguísticos que a determinam – introduzindo-a no universo de referência – «*comprei uma mesa*», «*esta mesa é bonita*» – e a vão especificando em sucessivas predicções. Esses marcadores correspondem à construção de valores de diferentes categorias gramaticais.

No contexto de ensino, há interesse em adoptar uma abordagem dinâmica no estudo da significação. Ao ir construindo, em etapas sucessivas, os valores referenciais que convergem, em interdependência, para a significação do enunciado, vai-se descrevendo e explicando, de forma sistemática, o que determina a boa ou a má formação das sequências, a partir de compatibilidades e incompatibilidades entre as categorias coocorrentes.

O objecto de análise da semântica ganha assim uma nova dimensão, deslocando-se do significado da unidade lexical para a significação do enunciado, numa perspectiva dinâmica de construção / reconstrução.

### 3. Construção da significação

Na perspectiva de uma gramática de produção, apresentamos, em traços gerais, diferentes momentos na construção da significação, assumindo, no quadro da teoria das operações predicativas e enunciativas de Culioli que, no funcionamento da linguagem, nenhum termo é isolado, todo o termo, linguístico ou metalinguístico, é um termo em relação (CULIOLI, 1990, entre outros).

Ao construir significação, parte-se de uma relação predicativa –  $\langle r \rangle$  – entre três termos: um predicado e os seus argumentos –  $\langle arb \rangle$ , que corresponde a um conteúdo proposicional.

Na e pela enunciação, a relação predicativa vai adquirir valores referenciais, constituindo um enunciado capaz de ser interpretado como um acontecimento linguístico. Ou, por outras palavras, capaz de referir<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> A introdução da distinção fregeana entre sentido e referente e da distinção entre referente e valor referencial permite, numa perspectiva pedagógica, sublinhar a importância da língua como um sistema autónomo de representação.

Os valores referenciais são construídos por relações binárias de localização abstracta (ou relações de «repérage»): um termo é localizado em relação a um segundo termo mais determinado – o localizador. Nessa relação, o primeiro termo ganha uma determinação que não possuía antes.

A significação resulta, assim, de cadeias de relações de localização abstracta. O localizador último é a situação de enunciação origem Sit<sub>0</sub>, definida pelos parâmetros sujeito enunciador S<sub>0</sub> e tempo da enunciação origem T<sub>0</sub>. Fazendo parte dos mecanismos de construção da determinação, os parâmetros enunciativos são internos à língua. A enunciação não é, portanto, um nível que se acrescenta ao nível da predicação, mas converge e interage com a predicação na construção da significação. Não se trata da inserção discursiva de uma sequência gerada por módulos sintáctico-semânticos. Trata-se, desde o início da cadeia, da própria construção do enunciado (VOGÜÉ, 1995).

### 3.1. Determinação nominal

Voltemos ao exemplo acima. Ao enunciar, não dizemos «*mesa*», mas, por exemplo, «*a minha mesa*», «*esta mesa*», expressões nominais que resultam de cadeias, não necessariamente sequenciais, de operações de localização. A ocorrência de «*mesa*», em cada um dos casos, é um termo que ganhou determinação ao fazer parte de uma relação em que o segundo termo – o localizador – é o sujeito enunciador. Dessa relação, que tem valores diferentes nos dois exemplos, são marcadores linguísticos, respectivamente, o possessivo e o demonstrativo.

Subjacente à expressão nominal «*a minha mesa*», há uma cadeia de operações predicativas e enunciativas de que resultaram enunciados como, por exemplo, «*comprei uma mesa*» ou «*tenho uma mesa*». O sujeito enunciador identifica-se, neste caso, com o sujeito do enunciado (ou sujeito sintáctico), identificação que é marcada linguisticamente pela 1ª pessoa gramatical.

Subjacente a «*esta mesa*», estão operações de localização de natureza deíctica: o termo localizador é definido na e pela própria situação de enunciação.

Na sequência de operações, aquelas ocorrências serão ainda especificadas. Por exemplo, predicando sobre «*a minha mesa*» uma propriedade:

(1) *a minha mesa é redonda*

ou introduzindo a mesma ocorrência numa relação de localização espacial:

(2) *pus a minha mesa no jardim*

(3) *a minha mesa está no jardim*

Agora, o termo localizado é «*a minha mesa*» e o termo localizador é, em (1), uma propriedade – «ser redonda» – e, em (2) e (3), uma expressão nominal já determinada – «o jardim».

Vejamos outros exemplos:

(4) *comprei uma mesa ontem mas só a vou buscar amanhã*

(5) *a mesa que comprei ficou na loja*

Em (4), entre o termo nominal «*uma mesa*» e o termo pronominal «*a*» do segundo membro há uma relação de localização de natureza anafórica. O pronome é o termo localizado (termo anafórico) que ganha referência (determinação) pela sua relação de dependência com o termo antecedente (localizador) «*uma mesa*». Note-se como, em (4), a ocorrência «*uma mesa*» é, simultaneamente, termo localizado (em relação a  $S_0$ ) e termo localizador (do pronome «*a*»).

Em (5), estamos igualmente perante um caso de referência anafórica: a expressão definida «*a mesa*» – que é o termo localizado – adquire referência pela sua localização em relação ao termo localizador «*uma mesa*», ocorrência metalinguística subjacente à construção relativa. Falamos neste caso de ‘pré-construído’ ou ‘relativa pré-construída’, uma vez que a relativa marca uma enunciação anterior, verbalizada ou não:

(5') *comprei uma mesa.*

Em todos estes exemplos, a expressão nominal, definida ou indefinida, tem valor ‘específico’ ou ‘singular’. Em (4) e (5'), é extraída uma ocorrência – «*uma mesa*» – da classe de todas as ocorrências possíveis da noção lexicalizada em «*mesa*»<sup>3</sup>. Essa ocorrência é singularizada ao ser instanciada num lugar de argumento de uma estrutura predicativa – «*comprei [uma mesa]*» – localizada espaço-temporalmente, a que corresponderá um enunciado singular. A ocorrência deixa de ser então uma ocorrência qualquer, indiscernível, de «*mesa*», para passar a ser uma ocorrência específica, «*a mesa que comprei*».

As expressões nominais, definidas ou indefinidas, podem, em determinados contextos, ter valor ‘genérico’, isto é, referir não uma ocorrência específica mas a classe de todas as ocorrências de uma determinada noção:

(6) *a mesa é um móvel indispensável*

(7) *uma mesa é um objecto indispensável numa casa*

Em (6), os valores de definitude e unicidade subjacentes à expressão nominal «*a mesa*», no contexto genérico em que se inserem, correspondem à construção da classe, definida qualitativamente.

Em (7), o valor genérico é construído através da falsa extracção de uma ocorrência qualquer, que representa qualquer outra ocorrência, indiscernível

<sup>3</sup> A noção, subjacente a todas as ocorrências, é uma representação cognitiva de natureza físico-cultural, anterior à lexicalização e à enunciação.

no conjunto das ocorrências da classe. Ao contrário do que vimos para os exemplos (4) e (5'), a instanciação desta ocorrência numa estrutura predicativa – que, neste caso, não é localizada espaço-temporalmente e tem valor genérico – não corresponde à construção de uma ocorrência singularizada mas apenas à especificação qualitativa da noção.

Na construção de ocorrências, específicas ou genéricas, podemos falar de relações de localização em dois níveis<sup>4</sup> (ver, entre outros, CORREIA, 1998, VALENTIM, 1998):

- a noção lexicalizada em «*mesa*» é, implícita ou explicitamente, introduzida no universo de referência pela sua localização em relação à situação de enunciação: «*Falemos de mesas*» pode ser a expressão linguística deste 1º nível;
- a ocorrência construída é localizada (identificada ou diferenciada) em relação às propriedades que definem intensionalmente a ocorrência-tipo daquela noção e que permitem que se possa dizer: «*Comprei uma mesa*», «*Isto não é uma mesa*», «*Isto, sim, já é uma mesa*», «*Chamas mesa a isso? Para mim é um banco*», «*Há mesas e mesas*», «*Uma mesa é uma mesa*».

Nas ocorrências específicas (exemplos (4) e (5) acima), há ainda a ter em conta as operações de localização espaço-temporal.

### 3.2. Valor temporal

O valor temporal corresponde a uma relação de localização entre o tempo T do enunciado e um tempo localizador, ou tempo de referência, que, nestes exemplos, assumimos ser o tempo da enunciação T<sub>0</sub>.

Essa relação de localização temporal tem valor de simultaneidade em (1) e (3), valor que, em português, e no caso dos predicados estativos, é geralmente marcado linguisticamente pela forma simples do presente do indicativo. Em (2), o valor temporal é de anterioridade, sendo também localizador o tempo da enunciação. Nos enunciados genéricos (6) e (7), a relação entre T e T<sub>0</sub> é de não-localização.

Façamos variar o tempo gramatical de forma a obter as sequências:

(8) *?eu estava a pôr a mesa no jardim*

(9) *?a minha mesa estava no jardim*

<sup>4</sup> Estes dois tipos de operação de localização são igualmente subjacentes a ocorrências verbais e proposicionais.

Constata-se que, em contexto vazio, estas sequências são mal formadas enunciativamente: por não serem localizadas temporalmente, (8) e (9) não têm capacidade para referir um acontecimento linguístico. A má formação explica-se, em ambos os casos, pela incompatibilidade entre o valor marcado pelo tempo gramatical imperfeito, que exige um localizador temporal  $T'$ , distinto de  $T_0$ , e a ausência desse tempo localizador.

Esta má formação poderia ser resolvida por uma operação de localização temporal em que o localizador  $T'$  seria marcado linguisticamente, por exemplo, por «*quando o João chegou*». Resultariam os enunciados (8') e (9'), com valor específico, aos quais podem ser atribuídos valores referenciais de tempo:

- (8') *eu estava a pôr a mesa no jardim quando o João chegou*  
 (9') *a minha mesa estava no jardim quando o João chegou*

### 3.3. Valor aspectual

Os valores aspectuais correspondem também a relações de localização abstracta entre o tempo do enunciado (termo localizado) e um tempo de referência (ou localizador), a partir do qual é perspectivado o acontecimento linguístico na sua estruturação temporal interna.

Os enunciados (2), (3), (8') e (9') permitem exemplificar essas relações de localização.

Em (2) – «*pôs a minha mesa no jardim*» –  $T_0$  é, como vimos atrás, localizador do valor temporal de anterioridade e é igualmente localizador do valor aspectual de perfectividade: a partir de  $T_0$ , o acontecimento é perspectivado como completo, implicando o estado resultante «*a minha mesa está no jardim*».

Em (3) – «*a minha mesa está no jardim*» – o valor temporal (neste caso, de simultaneidade) e o valor aspectual de imperfectividade têm também o mesmo localizador,  $T_0$ : o acontecimento é construído como estando em curso em  $T_0$ .

Em (8') – «*eu estava a pôr a mesa no jardim quando o João chegou*» – é necessário ter em conta dois localizadores temporais diferentes. O valor temporal do acontecimento «*eu pôr a mesa no jardim*» é de simultaneidade parcial em relação a  $T'$  – «*quando o João chegou*», e de anterioridade em relação a  $T_0$ . O tempo  $T'$ , localizador intermédio entre  $T$  e  $T_0$ , é um dos instantes de  $T$ . O valor aspectual é de imperfectividade: a partir de  $T'$  (localizador aspectual) o acontecimento é perspectivado como estando em curso (em  $T'$ ).

No enunciado (9') – «*a minha mesa estava no jardim quando o João chegou*» – a análise dos valores temporal e aspectual é semelhante à de (8'). A única diferença encontra-se no uso do imperfeito progressivo em (8'), por se tratar de um predicado não-estativo – «*pôr a mesa no jardim*».

### 3.4. Modalidade

Diz Charles Bally: «La phrase est la forme la plus simple de la communication d'une pensée. Penser, c'est réagir à une représentation en la constatant, en l'appréciant ou en la désirant. C'est donc juger qu'une chose est ou n'est pas, ou estimer qu'elle est désirable ou indésirable, ou enfin désirer qu'elle soit ou ne soit pas (...). La phrase explicite comprend donc deux parties: l'une est le corrélatif du procès qui constitue la représentation (...). L'autre contient la pièce maîtresse de la phrase, celle sans laquelle il n'y a pas de phrase, à savoir, l'expression de la modalité (...)» [BALLY (1932) 1944, p. 35-36].

Outra definição que nos é mais próxima: «Modo é a expressão da atitude de quem fala relativamente àquilo que diz e ao seu interlocutor» (LOPES, 1971, p. 245).

A modalidade é, portanto, uma categoria que caracteriza todo e qualquer enunciado, e a análise dos valores modais deverá incidir sobre conceitos que, naquelas definições, correspondem a 'representação', 'aquilo que diz', 'reagir', 'juízo', 'atitude', e, mais especificamente, 'constatar', 'apreciar', 'desejar'.

Na construção de valores temporais e aspectuais, são as coordenadas temporais que estão em jogo, como termos localizados ou localizadores, sendo o tempo da enunciação o localizador último, origem de todas as determinações. Quanto aos valores modais, resultam da localização da relação predicativa em relação ao sujeito enunciador ou a uma classe de sujeitos enunciadores.

Consideramos basicamente três domínios de modalização, dos quais apresentaremos apenas alguns exemplos:

#### – Modalidade epistémica

Na origem do valor modal epistémico está o grau de conhecimento de  $S_0$  relativamente ao estado de coisas construído linguisticamente. Nos termos de Bally, a modalidade epistémica seria «jugar qu'une chose est ou n'est pas».

É o tipo de modalidade presente em todo o enunciado. Corresponde, segundo ALEXANDRESCU, 1976, aos operadores lógicos de 'crença' ou de 'saber', constitutivos obrigatoriamente, e em alternativa, de todo e qualquer enunciado.

Partimos da relação predicativa < r > subjacente aos enunciados (10) a (12):

< r >: <a Sofia estar (na) piscina>

(10) a Sofia está na piscina

(11) a Sofia não está na piscina

(12) a Maria disse que a Sofia está / não está na piscina

Em (10) e (11), o sujeito enunciador  $S_0$  assume, respectivamente, a validação e a não validação da relação predicativa. Estes enunciados têm valor de asserção estrita.

Em (12),  $S_0$  distancia-se da validação (e da não validação) de  $\langle r \rangle$ , e constrói como garante da validação um novo sujeito enunciativo  $S_1$ , que, noutra espaço-tempo  $T_1$ , constitui uma nova origem enunciativa  $Sit_1$ , distinta de  $Sit_0$ . «A Maria» e «disse» são os marcadores linguísticos de  $S_1$  e  $T_1$ , parâmetros definidores de  $Sit_1$ .

Na análise dos valores de modalidade, devemos, assim, ter em conta não apenas uma situação de enunciação  $Sit_0$ , mas uma classe constituída por  $Sit_1$  e  $Sit_0$ , sendo  $Sit_1$  localizada em relação a  $Sit_0$ .

Nos enunciados (13) a (15),  $S_0$  constrói  $S_1$  como responsável pela validação de  $\langle r \rangle$ :

$\langle r \rangle$ : <a Inês ir à praia>

(13) a Inês deve ter ido à praia

(14) a Inês pode ter ido à praia

(15) a Inês talvez tenha ido à praia

Mas, diferentemente do que se passa em (12), a nova origem enunciativa não é referencialmente distinta de  $Sit_0$ . Estamos perante uma disjunção abstracta, marcada linguisticamente pelos modais «dever» e «poder», no seu valor epistémico, e pelo advérbio «talvez».

Nestes exemplos, são mecanismos diferentes que estão subjacentes à distanciação de  $S_0$  relativamente à validação de  $\langle r \rangle$ . Para o enunciado (13), com «dever», podemos falar de processos de inferência baseados na interpretação de indícios, isto é, num conhecimento indirecto do acontecimento que está a ser construído linguisticamente.

Para o enunciado (14), «poder» permite duas interpretações: ou  $S_0$  não tem qualquer tipo de conhecimento, directo ou indirecto, e (14) pode interpretar-se como (14'):

(14') a Inês pode ter ido à praia ou não. Sei lá!

Ou há um processo inferencial que permite diversas hipóteses possíveis e não apenas uma como no caso do verbo «dever» (ver TASMOWSKI & DENDALE, 1994):

(14'') pode ser que tenha ido à praia mas também pode ter ido ao jardim

Vejamos ainda outro exemplo:

(16) posso dizer-te que a Inês foi à praia

Neste caso, é construído um valor de asserção – «a Inês foi à praia» – acompanhado da respectiva justificação. O modal «poder» tem, neste contexto, um valor complexo que reforça o valor argumentativo daquela asserção (ver CAMPOS, 1998a).



– *Modalidade apreciativa*

Este tipo de modalidade parece ser o menos estudado, talvez pela dificuldade em sistematizar a grande diversidade de marcadores possíveis. Corresponde, sempre nos termos de Bally, a «réagir à une représentation (...), en l'appréciant (...)».

A construção factiva constitui um exemplo de modalidade apreciativa:

(17) *lamento que ela (não) vá de férias*<sup>5</sup>

(18) *ainda bem que ela (não) vai de férias*

A modalidade apreciativa é marcada, nestes exemplos, (a) por uma construção de subordinação, em que o predicado superior (apreciativo) é um verbo ou expressão factivos; (b) por uma completiva que tem subjacente uma asserção – «*ela (não) vai de férias*» – sobre a qual incide uma operação modal de natureza apreciativa. Esta asserção tem, em (17) e (18), o estatuto metalinguístico de 'pré-construído', isto é, de uma asserção construída como validada numa situação de enunciação distinta de Sit<sub>0</sub><sup>6</sup>.

Certas construções exclamativas podem igualmente ser marcadoras de modalidade apreciativa. Observemos o exemplo (19):

(19) *como a Maria é bela!*

À especificação da propriedade predicada sobre «*a Maria*», pode corresponder uma gradação de valores marcados por uma construção comparativa. Os termos coocorrentes – o localizado («*a Maria*») e cada um dos localizadores («*a Paula*», «*uma estrela de cinema*», etc.) – são ligados pela conjunção comparativa «*como*», exprimindo igualdade ou equivalência: «*a Maria é bela como a Paula / uma estrela de cinema / o que há de mais belo / a própria beleza*». O termo localizador vai-se tornando sucessivamente mais abstracto: do específico à noção, passando pelo genérico.

Em (19), em que a modalidade apreciativa tem valor de alto-grau, o localizador é a noção, deixando de ser verbalizado. Nesta construção sintáctica,

<sup>5</sup> O exemplo (17) ilustra um caso de uso de conjuntivo: não estamos perante a expressão de valores de incerteza, dúvida, desejo, irrealidade, a que por vezes a tradição gramatical reduz o conjuntivo, mas perante a expressão de uma asserção pré-construída.

<sup>6</sup> O pré-construído é uma estrutura verbalizada ou não, assumida como validada pelos participantes da enunciação numa situação de enunciação Sit<sub>1</sub>, disjunta de Sit<sub>0</sub>. Podem ser igualmente marcadores linguísticos de pré-construído, entre outras, expressões definidas, construções como a relativa restritiva específica (i) e a relação interproposicional marcada pela locução conjuncional *já que* (ii):

(i) o homem *que está lá fora* quer falar com o João

(ii) *já que estamos no Porto* vamos a Serralves

A investigação sobre a modalidade apreciativa poderá confirmar a importância do conceito de asserção pré-construída no estudo deste tipo de modalidade.

acompanhada de uma curva melódica específica, a conjunção «*como*» situa-se na posição inicial do enunciado, adquirindo o estatuto de advérbio exclamativo (ver AYORA, 1991): «*a Maria é bela como Δ*» → «*como a Maria é bela!*». Por outras palavras, ao construir este valor de alto-grau, o enunciador identifica a «*beleza da Maria*» com a própria noção de beleza<sup>7</sup>.

– *Modalidade intersujeitos*

Pela modalidade intersujeitos é construída uma relação interagentiva na qual o sujeito da enunciação age sobre o sujeito do enunciado a fim de que este, por sua vez, seja agente na realização da situação dinâmica representada pela relação predicativa < r > modalizada.

O modo imperativo e os seus substitutos são a expressão tradicional da modalidade intersujeitos. Iremos referir aqui, como exemplos de modalidade intersujeitos, a modalidade deôntica expressa pelos modais «*dever*» e «*poder*» e a interrogação.

Nos seguintes exemplos, a modalidade deôntica incide sobre a relação predicativa < r > dando origem a uma relação predicativa complexa < r' >:

< r >: <a Ana faltar à aula>

< r' >: <poder / dever <a Ana faltar à aula>>

(20) *a Ana pode faltar à aula*

(21) *a Ana deve faltar à aula*

É sobre a relação predicativa < r' > que incidem operações enunciativas de que resultam os valores assertivos exemplificados em (20) e (21). Nestes, o sujeito da enunciação assume-se como origem deôntica da permissão / obrigação, constituindo o sujeito sintáctico como alvo deôntico.

Ao construir estes valores, o sujeito enunciador não se limita a «*désirer qu'elle [une chose] soit ou ne soit pas*» (ver, acima, a definição de Bally). Ele age nesse sentido. É necessário, então, na descrição metalingüística, associar factores de natureza pragmática, nomeadamente a relação hierárquica entre os sujeitos enunciadores.

Por outro lado, as restrições que incidem sobre a relação predicativa – um sujeito do enunciado com a função de agente numa situação dinâmica ou a construção de um hiato temporal entre o tempo da enunciação e o tempo fictício de validabilização de < r > – mostram a inseparabilidade das componentes sintáctica e semântica no estudo deste tipo de modalidade<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Para a construção de ocorrências de noções de tipo compacto como «*beleza*», «*fealdade*», «*paciência*», etc., ver, entre outros, CAMPOS, 1996 e CORREIA, 1998.

<sup>8</sup> Para a definição das restrições sobre a ocorrência de valores deônticos, ver CAMPOS, 1998a e b.

A 'interrogação' pode ser considerada um valor modal intersujeitos, que ocorre em alternativa com valores assertivos.

Ao construir um valor interrogativo incidindo sobre uma relação predicativa  $\langle r \rangle$ ,  $S_0$  (a) assume, linguisticamente, que não possui qualquer conhecimento que lhe permita validar essa relação predicativa, (b) antecipa o espaço enunciativo do seu coenunciador a fim de que seja este a validar  $\langle r \rangle$ . É através da construção do espaço enunciativo do coenunciador que  $S_0$  age sobre ele, procurando impor-lhe a função de agente na realização de um comportamento verbal.

A interrogação situa-se assim, simultaneamente, nos domínios da modalidade intersujeitos e da modalidade epistémica (grau zero de conhecimento).

Os três tipos de modalidade aqui propostos não constituem domínios estanques mas inter-relacionados. Como vimos atrás, a modalidade epistémica combina-se com outros tipos de modalidade, dando origem a valores complexos. Uma classificação de valores modais será, necessariamente, uma classificação cruzada.

#### 4. Conclusão

Este breve percurso de diferentes fases da construção da significação procura mostrar a gramática como uma actividade reflexiva, que associa e articula factos da língua evidenciando a coerência do seu funcionamento. A definição de interfaces articulando sintaxe, semântica e pragmática no tratamento das questões gramaticais, aproxima o aluno do seu objecto de análise, ao consciencializá-lo do porquê / para quê das operações e valores que vão sendo sucessivamente analisados em configurações específicas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRESCU, S. (1976) – «Sur les modalités *croire* et *savoir*», *Langages* n° 43, pp. 19-27.
- AYORA, A. A. (1991) – *Sintaxis y semántica de como*. Málaga: Editorial Librería Ágora.
- BALLY, Ch. [1932] (1944)<sup>2</sup> – *Linguistique générale et linguistique française*. Berna: A. Francke SA.
- BENVENISTE, É. (1974) – *Problèmes de linguistique générale 2*. Paris: Gallimard.
- CAMPOS, M. H. C. (1996) – «Para uma reinterpretação de alguns fenómenos aspectuais» in I. Duarte & I. Leiria (eds) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português* vol. II. Lisboa: APL / Colibri, pp. 77-93. Também in CAMPOS (1997), pp. 183-196.
- CAMPOS, M. H. C. (1997) – *Tempo, aspecto e modalidade*. Porto: Porto Editora.
- CAMPOS, M. H. C. (1998a) – *Dever e Poder. Um subsistema modal do Português*. Lisboa: FCG/ JNICT.

- CAMPOS, M. H. C. (1998b) – «Approche énonciative de quelques faits de modalité» in *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*, vol. III. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 169-177.
- CORREIA, C. N. (1998) – *Quantificação-qualificação em sintagmas nominais*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (não publicada).
- CULIOLI, A. (1990) – *Pour une linguistique de l'énonciation, tome 1*. Paris: Ophrys.
- LOPES, O. (1971) – *Gramática Simbólica do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TAMBA-MECZ, I. [1988] (1991)<sup>2</sup> – *La sémantique*. Paris; Presses Universitaires de France.
- TASMOWSKY, L. & P. DENDALE (1994) – «Pouvoir<sub>E</sub>, un marqueur d'évidentialité», *Langue française*, n° 102, pp. 41-55.
- VALENTIM, H. T. (1998) – *Predicação de Existência e Operações Enunciativas*. Lisboa: Colibri.
- VOGÜÉ, S. de (1995) – «L'effet aoristique» in J. Bouscaren, J.-J. Franckel & S. Robert (eds.) *Langues et langage*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 247-259.